Realização:

Fundação Grupo Esquel Brasil

PLATAFORMA MROSC

Apoio:

Financiado pela União Europeia



Panorama das OSC no Centro-Oeste do Brasil

Brasília, 2021.

SUMÁRIO

Fundação Grupo Esquel Brasil

Características das OSC da Região 01

Idade das OSC do Centro-Oeste 04

As Atividades das OSC no Centro-Oeste 05

OSC por Tamanho 06

Emprego Segundo Atividades 07

O PIB e Receita Global das OSC 09

Fontes de Receitas das OSC do Centro-Oeste 12

Indicativos de Despesas das OSC do Centro-Oeste 14

Efeitos e Impactos das OSC na Economia da Região 16

Conclusões Preliminares 18

Projeto: “Fortalecimento e Regionalização da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”

Coexecução: Fundação Grupo Esquel Brasil
Financiamento: União Europeia
Elaboração: Silvio Rocha Sant’Ana
Revisão: Aldiza Soares da Silva
Projeto Gráfico: Matheus Raposo

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva da Fundação Grupo Esquel Brasil, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da Cáritas Brasileira, do ELO e da União Europeia.

Como citar esse Manual:

SANT’ANA, Silvio Rocha. Panorama das OSC no Centro Oeste do Brasil. Brasília: Plataforma por um novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, 2021.

Realização:

Fundação Grupo Esquel Brasil

PLATAFORMA MROSC

Apoio:

Financiado pela União Europeia



Panorama das OSC no Centro-Oeste do Brasil



Panorama das OSC no Centro-Oeste do Brasil

Introdução

Este documento sintetiza e sistematiza um grupo de estudos realizados pela Fundação Grupo Esquel Brasil sobre um diagnóstico e panorama das OSC dos 4 estados que compõe a região centro-oeste, oferecendo uma visão do segmento e de sua importância institucional e econômica. Estes trabalhos prévios foram realizados no âmbito de projeto da Plataforma MROSC cofinanciado pela União Europeia sobre o Marco Regulatório das OSC.

Deve-se ter em conta que a Região é de ocupação relativamente recente. Enquanto a população do litoral está estabelecida a séculos, a região está sendo ocupada há poucas décadas. E isto obviamente gera situações e comportamentos de ajuste dentro dos processos de migrações, das dificuldades dos assentamentos, das instituições (públicas e privadas) e o estabelecimento de formas diferenciadas de atuação da cidadania. Assim, sob o manto de uma denominação genérica de uma associação (padronizada por uma legislação única) pode existir formas distintas de governança e gestão (e operação).

Este texto não é somente uma soma dos estudos anteriores de cada um dos Estados da Região. Tenta identificar semelhanças e diferenças da região com as situações gerais encontradas nos estados que a compõe e em outras regiões e no País.

Cada seção oferece estatísticas descritivas de indicadores e variáveis que conformam uma imagem das OSC. E em cada caso são explicitados elementos interpretativos ou desafios analíticos a serem desenvolvidos.

Características das OSC da Região

Os estudos dos Estados apresentaram um quadro semelhante no que diz respeito a definição e identificação do que são as OSC e seus números. De um lado a identidade das OSC é sujeita a múltiplas interpretações e gera uma insegurança em determinar qual o número efetivo de organizações.

Resulta daí controvérsias, confusões, incertezas sobre a Identidade das OSC. No Brasil (e na Plataforma MROSC) se optou por adotar algumas definições baseadas tanto na experiência internacional quanto nacional.

Por convenção e critérios da ONU se considera como **Organizações da Sociedade Civil – OSC** as instituições:

- Privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes;
- Legalmente constituídas;
- Autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

Estas características foram adotadas pelo IBGE, ABONG e GIFE para a preparação das chamadas "FASFIL", estudos periódicos sobre "Fundações e Associações sem Fins Lucrativos" e pelo Mapa das OSC do IPEA e obviamente por várias redes de entidades, inclusive a Plataforma MROSC.

Mas esta configuração é ainda muito aberta e coloca em pé de igualdade entidades muito distintas tanto em relação a seus objetivos, forma de governança ou modo de operação. Por aglutinar quase todas as instituições que são sem fins lucrativos, considera igualmente entidades que se definem como de mútuo, dedicadas a seus associados (privado e privativo) com aquelas entidades que se dedicam, por exemplo, a promover o bem-estar coletivo ou o interesse público.

Na trajetória recente da Plataforma MROSC, buscando melhor delimitar a identidade do segmento OSC, observa que além do anterior elas têm um subconjunto de objetivos e operam no campo das causas estabelecidas no artigo 3º da Constituição Federal que estabelece como objetivos da República:

- Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- Garantir o desenvolvimento nacional (sustentável);
- Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Ainda assim estas aproximações orientam, mas ainda não superam os problemas de identificação.

Existem inúmeros grupos de cidadão organizados em coletivos, redes, fóruns, articulações, "grupos", "clubes" que dispõe de muitas destas características, operam e atuam na sociedade mas que, por exemplo, não estão constituídas como Pessoas jurídicas (não estão totalmente legalizadas). Esta "informalidade" pode ser evidente para o Estado (e seus aparelhos) e até para os estudiosos, mas não tanto para a população.

E aqui emerge um aspecto pouco trabalhado: o problema da identificação pode ser facilmente superado pelo Estado (que dispõe de arsenal de medidas para tanto), mas é muito mais complexo para a sociedade em geral, e para o cidadão em particular.

Para sinalizar a diferença entre os critérios gerais e os mais específicos basta observar os dados da Tabela que se apresenta a seguir onde estão contados tanto os CNPJs (de entidades sem fins lucrativos) e os dados mais restritos elaborados pelo IBGE nos estudos das Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos - FASFIL onde, por um minucioso trabalho, inclui somente entidades que tem afinidade como conceito de OSC.

\Fonte Estados\	Mapa das OSC IPEA	FASFIL 2016 IBGE	% Ativas
DF	13.997	3.815	27,3
GO	24.667	5.700	23,1
MT	13.868	3.275	23,6
MS	11.820	3.815	32,3
Centro-oeste	**64.242**	**16.176**	**25,2**
Brasil	***820.186***	***236.950***	***28,9***

As diferenças são gigantescas. Para o Brasil, somente 28,9% das entidades sem fins lucrativos se enquadrariam no conceito adotado. No centro-oeste este percentual é ainda menor.

Com esta abordagem surge um panorama inédito do setor.

Revela-se que o segmento institucional OSC, por sua ação, é importante ator no mercado de trabalho (como empregador e gerador de empregos) e contribui significativamente para a formação do PIB regional (riqueza gerada no ano). Em comparação com outros atores econômicos tem desempenho superior a muitos deles, inclusive os tradicionalmente considerados relevantes para o desenvolvimento econômico regional.

Evidenciou-se também que a maior parte da renda (receitas) das OSC é transferida às famílias em forma de bens e serviços. Isto é importante de se salientar pois vimos que mais de 90% das receitas das entidades são captadas fora das transferências governamentais. Ou seja, OSC captam recursos privados para servir as famílias.

Foi identificado (com base a dados da Receita Federal) que as OSC – diferentemente do sentido comum - pagam impostos elevados comparando as OSC com empresas privadas (de fins lucrativos). Via de regra, porta vozes de setores governamentais (ou adversários das OSC) costumam acusar as OSC de serem privilegiadas, de não pagarem impostos etc.

De fato, ficou estabelecido que, enquanto as empresas pagam impostos em média 5% de suas receitas globais as entidades pagam em média quase 10% de suas receitas. A desigualdade é inexplicável e tão patente que requer um esforço imediato de melhoria do regime tributário aplicável as OSC.

Finalmente observou-se que o segmento institucional OSC, dentro da economia regional provoca feitos positivos em toda a economia local. O seu impacto é tão relevante que pode ser considerado como setor chave para o desenvolvimento econômico da região. Fica evidente que cada real investido no segmento OSC, a economia global crescerá R$ 1,54 indicador maior que o de alguns segmentos econômicos considerados "essenciais".

Os elementos aqui elencados destroem afirmações correntes, mitos e "dogmas" muitas vezes utilizados para desqualificar ou deslegitimar o segmento, mas coloca, para lideranças e redes de entidades o desafio de superar a situação atual e garantir um ambiente regulatório que permita as OSC continuar contribuindo para o desenvolvimento sustentável, justo e solidário do Pais.

Conclusões Preliminares

Ao longo do trabalho foram utilizados indicadores que permitem uma primeira aproximação sobre o panorama das OSC da região.

Como em todo o país observou-se a diversidade das situações locais e como esta influencia a constituição das entidades e a determinação de suas finalidades e respostas às demandas sociais. Fica bastante evidente que as OSC existem não em função da ação (ou inação) dos governos mas pelo desejo da cidadania de atuar sobre causas públicas, comunitárias ou coletivas.

Viu-se também que o florescimento das mesmas esta estritamente vinculado à existência de um estado democrático e a expansão dos direitos civis. A enorme quantidade de pequenas organizações (juridicamente estruturadas ou não) demonstra a vitalidade do princípio de que o poder emana do povo e que por menor que seja uma organização ela exerce – até inconscientemente – a definição de governo "do povo, pelo povo e para o povo".

Por outro lado, percebe-se também que elas desempenham, diretamente, papel relevante na manutenção e fortalecimento da própria democracia. As OSC, por suas atividades, incidem naturalmente sobre a identificação de demandas sociais, a criação de novos direitos, a incidência em todo o ciclo das políticas públicas (da concepção à execução e o controle social). Expressam interesses das comunidades onde estão inseridas servindo assim de amplificadores de demandas sociais e seu papel na implantação de algumas políticas públicas é inegável apesar de nem sempre compreendido ou reconhecido.

Para além destas características tradicionalmente reconhecidas por estudiosos e lideranças do próprio setor, o estudo buscou elencar algumas dimensões da importância das OSC que são quase sempre desconhecidas ou, no melhor dos casos, pouco trabalhadas.

A diversidade de atividades das OSC é ampliada no que diz respeito ao seu tamanho. As OSC, em sua imensa maioria são pequenas organizações, com parcos recursos financeiros e muitos cidadãos voluntários. Nada a ver com expressões como a mais recente, "um câncer da sociedade"... De fato são, via de regra, organismos vulneráveis.

Suas relações com os governos são bem distintas do que se costuma veicular nas mídias ou no sentido comum. De um lado, somente um pequeno grupo de entidades atua em associação e execução direta de políticas públicas estabelecidas; este é o caso das entidades da área de saúde, educação e assistência social que representam menos de 20% do total de entidades. A maioria das OSC opera independentemente das operações governamentais.

Viu-se também que, do ponto de vista financeiro os governos contribuem com parcela muito reduzida dos recursos administrados pelas OSC (menos de 10%). Isto não significa que os recursos transferidos pelo governo sejam irrelevantes; em muitas situações eles podem representar a totalidade (ou a quase totalidade) dos recursos financeiros de uma entidade, mas, no conjunto das entidades é pouco relevante.

O estudo chama atenção para a dimensão econômica e financeira real do segmento OSC da região. De forma pouco usual o estudo desconsidera a forma jurídica (associação sem fins lucrativos) e lida com as entidades como sendo unidades econômicas e financeiras reais dedicadas à produção de bens e serviços às famílias.

Assim, na atualidade, a Plataforma MROSC se preocupa com as entidades que respondam a totalidade dos critérios. Não significa que as demais devem ser desconsideradas pois elas, como as OSC, são resultantes da dinâmica e energia da sociedade civil, da cidadania. Mas tanto como ocorre no direito civil ou comercial, os vários tipos de empresas merecem tratamentos legais diferenciados (MPE, MEI, Regime das S/A, SRL etc).

Vale ressaltar que segundo a própria SRF o cadastro CNPJ é ainda sujeito a erros na medida em que organizações podem não mais existirem mas ao não darem baixa no cadastro, elas continuam constar como existentes. Há então – deste lado – uma superestimação.

No sentido oposto, a observação empírica da ação das entidades dentro da sociedade sugere que grande parte delas – por várias razões - não se constituem com pessoas jurídicas plenas (nem se cadastram na Receita Federal). Este número de organizações de fato (mas não de direito) pode chegar a 25% das formalizadas segundo regras do direito.

Esta situação de indeterminação e imprecisões coloca um imenso desafio para quem queira trabalhar na construção de um marco regulatório adequado às OSC. No limite, pode-se argumentar que, sem conhecer exatamente o que (ou quem) se quer favorecer é muito difícil estabelecer normas que satisfaçam as instituições.

Para os estudos atuais, a Fundação Grupo Esquel Brasil optou por utilizar os dados da FASFIL que reduzem significativamente o número de entidades a serem beneficiadas por um novo marco regulatório para as OSC.

Como em todo mundo, as OSC brasileiras são manifestações da cidadania, da dinâmica e energia da população que se envolve com causas públicas.

A tabela, a seguir, mostra a relação entre população e número de OSC bem como a relação entre estes indicadores e o Índice de Desenvolvimento Humano.

OSC por mil habitantes e IDH

Estados	OSC por 1.000 Habitantes	IDH
• DF	5,4	0,824
• GO	3,7	0,735
• MT	4,6	0,725
• MS	4,8	0,729
Centro oeste	**4,1**	**0,757**
Brasil	***4,0***	***0,762***

Para o Brasil, o IPEA estimou que o número de OSC explicaria 54% da variação do Índice de Desenvolvimento Humano (qualidade de vida) sugerindo que quanto maior o número de OSC melhor a qualidade de vida. Esta mesma relação no CO seria de 68%. Por razões de técnica estatística, é uma estimativa precária e deve ser usada como sinalizadora de uma tendência que se observa.

Claro está, que este indicador, permite também ser lido em sentido contrário: quanto mais qualidade de vida, mais OSC. Assim, a qualidade de vida faria com que os cidadãos se organizassem para colaborar com finalidades hedônicas ou de mútuo. Mas esta hipótese parece pouco provável quando se observa o tipo de entidade criada nos últimos anos.

De todas as formas esta última interpretação derrubaria a tese muito corrente de que as OSC existem por "deficiência de governos". Para alguns, "se o governo for eficiente não seria necessária a ação das OSC".

Ora, se não existe demanda social é porque o governo (e a própria sociedade) consegue cobri-las; e isto, de forma setorial e em locais específicos, acontece realmente[1]. Mas a existência de número de OSC parece ser independente da "qualidade-quantidade do governo".

O indicador da correlação mostra o contrário, ou seja, mesmo que o governo funcione e exista boa qualidade de vida o número de OSC é relevante para o IDH. No CO, cada 10% de aumento de densidade de OSC (aumentar número de OSC para cada 1000 habitante) o IDH cresce aproximadamente 4,4%.

Ambas as sinalizações são relevantes e sugerem a importância das OSC para a sociedade em geral.

Algumas diferenças da região com o restante do país são importantes e serão tratadas nas seções subsequentes.

IDADE das OSC do Centro-Oeste

Como no restante do País, mais de dois terços das entidades atuantes na atualidade nasceram depois do fim da ditadura militar.

Porcentagem de entidades Criadas por Período

Data de Criação	Centro Oeste	Sudeste	Nordeste	Brasil
Ate 1970	**2,7**	4,9	1,7	**3,5**
1971-1980	**7,7**	11,7	5,1	**8,8**
1981-1990	**9,9**	11,9	7,9	**10,8**
1991-2000	**22,7**	21,5	29,6	**24,6**
2000-2010	**34,4**	31,2	38,1	**33,8**
2011-2016	**22,6**	18,9	17,5	**18,6**
média de idade	**20,8**	23,5	20,3	**22,2**

Fonte: IPEA – Perfil das OSC Brasileiras

Até 1970 o percentual de entidades criadas é pouco relevante comparado com o Sudeste (região de velha ocupação). Durante a ditadura militar (anos 70-1988), a região criou menos entidades que o resto do Brasil (17,6% contra 19,6% no Brasil).

No período pós ditadura militar (a partir de 1991) o crescimento do número de OSC no CO foi de 79,7%, pouco acima da média brasileira (77%), e acima da média do sudeste (71,6%) mas abaixo da nordestina (85,2%). Nota-se que comparativamente, as OSC do Sudeste são mais "antigas" pois até 1990, quase 23% delas estavam criadas, contra 20% do CO ou 14% do NE.

Centro Oeste: Índices de Hirschman-Rasmussen

Setores \ Índices	Para Trás	Para Frente
Agricultura	0,93	1,60
Pecuária	1,02	0,99
Abate de produtos de carne	1,36	0,81
Industria (28 sub setores)	0,90 a 1,20	0,66 a 1,79
Construção	0,99	1.04
Comércio	0,89	3,88
Transporte	0,96	2,41
Governos	0,85	0,84
Organizações Associativas	**0,99**	**0,78**
Média	1,00	1,00

Observa se que as "organizações associativas" (a serviço das famílias) tem índice "para trás" superiores a alguns dos setores considerados normalmente como sendo de grande importância econômica[6]. No caso da indústria, 5 dos 28 subsetores apresentaram índices abaixo da média regional e da média das associações.

O efeito "para frente" das entidades é evidentemente menor, pois as OSC produzem bens e serviços que, em sua maioria, são "consumidos" integral e imediatamente pelas famílias não gerando assim efeitos significativos sobre os demais setores.

Finalmente a Tabela seguinte mostra o efeito multiplicador geral dos vários segmentos da economia regional. O indicador "Multiplicador de Produto" representa o fato de que para cada unidade monetária investida em um segmento ele provocará um aumento de produção no conjunto da economia. Ao não dispor de uma estimativa específica para o segmento OSC, o indicador das "organizações associativas" serve como "proxy" do setor das OSC.

Centro Oeste: Multiplicador de Produto

Setores	Multiplicadores
Agricultura	1,40
Pecuária	1,54
Abate de produtos de carne	2,07
Industria (28 sub setores)	**1,39 a 1,84**
Construção	1,50
Comércio	1,35
Transporte	1,45
Governos	1,29
Organizações Associativas	**1,51**

No caso, os efeitos de investimentos em OSC provocam importantes impactos no conjunto da economia. Observa-se que ele é maior que o da maioria dos segmentos selecionados. No caso da indústria 7 de 28 subsetores estão abaixo do setor das associações.

Vê-se também que setores tradicionalmente considerados como "essenciais para o desenvolvimento econômico e social" dos Estados (e do país) tem desempenho abaixo daquele das OSC.

As OSC, legalmente consideradas isentas e imunes do pagamento de impostos, em verdade pagam impostos e encargos federais de quase 12% de suas receitas.

O paradoxo é ainda maior quando de compara tais pagamentos com os realizados por empresas: segundo as mesmas estatísticas da SRF, as empresas pagam, na média 5,5% de suas receitas; as empresas declarantes em Lucro Real (as maiores empresas do país) pagam somente 4,1% de suas receitas.

Admitindo que a carga tributária estadual (ICMS e taxas) e municipal (ISS e taxas) representem 6% e 4% da receita das PJs, (dados derivados dos orçamentos de receitas dos estados e municípios da região) a carga tributária global (29,4% da receita) seria extremadamente pesada e muito acima das entidades empresariais.

Este dado é paradoxal: entidades "isentas e imunes", que são classificadas assim por serem sem fins lucrativos e prestar serviços de interesses da coletividade, são significativamente mais taxadas que empresas de fins lucrativos e de benefício privado.

A injustiça do sistema tributário é evidente demais para permanecer vigente. Foi esta percepção que orientou a Plataforma MROSC a incluir entre suas demandas a criação de um regime tributário específico e apropriado à natureza e a função social por elas desempenhada.

Efeitos e Impactos das OSC na Economia da Região

A forma mais utilizada para evidenciar os efeitos e impactos de um setor na economia é a chamada Matriz Insumo Produto. Nela todos os setores e segmentos econômicos são relacionados entre si e se observa como, por exemplo, a agricultura impacta os demais setores por produzir insumos e serviços para eles e adquirir deles, insumos e produtos. Isto se obtém a partir dos balanços das pessoas jurídicas e naturais declarados ao IR.

Nas estatísticas e estudos acadêmicos não se encontra um "segmento OSC"; usualmente os indicadores deste subgrupo estão incluídos sob as denominações de "outras organizações associativas", "organizações de serviço as famílias" ou similares.
Para fins deste exercício se assume que estas denominações representam uma boa "proxy" para a realidade das contribuições das OSC, mas se salienta que os resultados que se seguem devem ser usados como sinalizações mais do que como valores absolutos.

A partir desta Matriz, estudiosos estabeleceram um Índice que permite identificar as relações de determinado setor com os demais. São os denominados Índices Hirschman- Rasmunsenn estimados tanto para as relações do setor como adquirente de insumos quanto fornecedor de insumos. Como outros indicadores econômicos é um índice limitado, mas permite determinar naquele momento estudado, a importância relativa de cada setor para a economia global.

Um índice igual ou maior que 1 é considerado setor chave da economia e merece ser incentivado por políticas governamentais. O índice "para trás" refere-se a capacidade do setor de consumir produtos de outros segmentos e o índice "para frente" representa a capacidade do segmento de oferecer produtos para outros segmentos. Em ambas situações geram efeitos positivos na economia global. A seguir se apresentam resultados de estudo regional.[5]

Um elemento distintivo desta região é o fato de que sua ocupação efetiva se dá a partir dos anos 60, mas de forma mais intensa a partir dos anos 70. O crescimento da população da região (e do número de OSC) é muito acima da média das outras regiões.
Nos últimos 50 anos a população do MS aumento 10 vezes! No mesmo período a população do MT triplicou, a do GO aumentou 4 vezes e o DF quase 6 vezes. Na região o aumento foi de 3 vezes, indicando uma taxa média anual 50% acima da taxa brasileira de crescimento da população (1,6%).

A partir da tabela anterior se pode deduzir que o número de OSC criadas anualmente entre 1971 e 2020 multiplicou-se por 5,6, seguindo em geral o ritmo de aumento da população. Esta evolução corrobora a hipótese de que as OSC são respostas de demandas sociais (que crescem com o tamanho da população e da cidadania) e não de governos.

As atividades das OSC no Centro-Oeste

Esta seção examina rapidamente o tipo de atividade desempenhada pelas OSC da região. Os dados oferecidos pela FASFIL estão explicitados na Tabela abaixo.

Centro Oeste – Numero de OSC segundo as Atividades

Atividades	Nr. OSC		Percentuais		Brasil 2016
	2010	2016	2010	2016	
Habitação	16	18	0,1	0,1	0,1
Saúde	356	284	1,9	1,8	1,9
Cultura	1.938	1843	10,3	11,5	13,6
Educação	1.312	1164	7,0	7,2	6,7
Assistência Social	1.861	1695	9,9	10,5	10,2
Religiosas	6.638	6321	35,3	39,3	35,0
Assoc. Profis. Patronais, Agricultores	3.004	2300	16,0	14,3	12,4
Meio Ambiente	178	140	0,9	0,9	0,7
Desenv e defesa de direitos	1.526	1282	8,1	8,0	12,8
Outras OSC	1.954	1048	10,4	6,5	6,7
Totais	18.783	16.095	100,0	100,0	100,0

FASFIL 2016 - IBGE

O perfil regional não se afasta demasiado do panorama do País. As diferenças mais notáveis se observam no caso das organizações religiosas cujo percentual está 10% acima da média brasileira. E em sentido contrário o número de entidades de promoção do desenvolvimento e defesa de direitos que está 40% abaixo da média nacional. Enquanto que na região a relação OSC/100.000 habitante é de 102 (no Brasil 114), no caso das organizações acima citadas a relação é de somente 8/100.000 (contra 15,5 no Brasil).

De um lado não parece óbvio que os habitantes do CO sejam mais religiosos que os demais brasileiros. Uma explicação plausível (derivada da observação da história do Brasil) é que as

entidades religiosas são as primeiras formas organizativas a se instalar quando de um processo de ocupação humana (tal como da ocupação do centro-oeste).

De outro, tampouco é obvio que os problemas de desenvolvimento social e questões de restrições e violações de direitos sejam menores no CO que no resto do Brasil. A título de exemplo, em 2003 a CPT (Comissão Pastoral da Terra) registrava que na região 310.000 pessoas estiveram envolvidas em conflitos agrários; já no relatório de 2020, cobrindo período entre 2011-2020, foram identificados 127.000 conflitos fundiários; como cada conflito envolve pelo menos uma centena de pessoas, se pode estimar o estendido de tais conflitos que envolveram indígenas, quilombos, fazendeiros, órgãos estatais etc. É provável que nestas situações as chamadas organizações religiosas (como a CPT e as pastorais sociais) podem estar desempenhando papéis usualmente assumidos pelas organizações de desenvolvimento e defesa de direitos.

Em qualquer caso, ambas as diferenças merecem um estudo mais aprofundado.

Adicionalmente, há de se observar que entre 2010-2016 houve uma queda de 14% no número de entidades. Esta queda ocorreu em todos os grupos de atividades (exceto Habitação que apresentou crescimento insignificante). Esta queda é também observada para o conjunto do país. Tal como na situação anterior, este fato merece também nossa atenção.

De um lado há que se reconhecer que nos últimos anos houve significativo aumento da oferta e do acesso de serviços da seguridade social à população. Por outro lado, houve naquele período, também um aumento da renda familiar (redução da pobreza). Assim, famílias que antes deviam recorrer a serviços oferecidos por OSC agora podem recorrer aos serviços públicos ou mesmo privados.

Mas a estas hipóteses podemos também adicionar e especular sobre um eventual processo de desengajamento (desinteresse) da cidadania em relação a causas públicas. Esta última hipótese é preocupante pois pode significar também um descomprometimento da população com a democracia (que supõe participação cidadã).

OSC por Tamanho

Se apresenta a seguir dados sobre os tamanhos das entidades, definidos a partir do número de empregados. As categorias utilizadas diferem bastante das categorias utilizadas por micro empresas; nestas são consideradas micro empresas aquelas com até 19 empregados. Caso este critério fosse adotado, praticamente 90% das entidades seriam consideradas "micro OSC".

Centro-oeste: OSC por Tamanho – Indicadores selecionados - 2016

Tamanho	Número de OSC	Número Empregos	Salários (R$ mil 2016)	Empregos /OSC	Salário /OSC (mil)
Totais	**16.178**	**167.192**	**5.972.118**	**10,3**	**369,1**
Micro (sem e até 2)	8.950	0	18.767	0	2,1
Mini (2 a 4)	4.394	8.198	195.636	1,9	44,5
Pequenas (5 a 9)	1.089	7.135	186.889	6,6	171,6
Média (10 a 50)	1.221	25.387	756.430	20,8	619,5
Grande (50 e mais)	524	126.472	4.814.393	241,3	9.187,8

Fonte: FASFIL 2016.

Tabela: Centro-Oeste Despesas e Rubricas como Porcentagem de Receita Global

Rubricas	OSC	Governos
Transferências Sociais em espécie às famílias[4]	60,4	43,3
Salários Pagos	31,7	65,5
Excedente Operacional Bruto	2,8	7,6
Poupança Bruta	1,7	-25,6
Formação Bruta de Capital (investimento)	3,4	-34,7
Impostos Totais Pagos (diretos)	*19,9*	*nsa*
Sendo Previdência Cota Patronal	*5,9*	*15,1*

A soma ultrapassa 100% porque os impostos estão embutidos nas despesas das OSC.

Nota-se que as entidades transferem às famílias o percentual de suas receitas quase 30% acima dos governos. Como as receitas são de R$ 17,5 bilhões significa que as OSC transferem anualmente às famílias cerca de R$ 10,6 bilhões.

Este valor é muito significativo. Considerando que em 2015 a região tinha 5,2 milhões de domicílios (famílias) significa que cada domicílio teria recebido, por parte das OSC, durante o ano cerca de R$ 2.038,00; ainda segundo a PNAD 2015 a renda média do centro-oeste para cada família (domicílio) era de R$ 3.847,00/mês.

Assim as OSC, por meio de suas ações estariam assegurando 4,4% da renda anual das famílias (em geral). Imaginando que o número de famílias em situação de pobreza é o foco da ação destas entidades, a importância desta contribuição é muito mais significativa que a da média geral de todos os habitantes (famílias) da região.

Este resultado mostra a enorme importância do trabalho das OSC para as famílias.

O segundo maior gasto são os pagamentos em salários que foram tratados em seção anterior. Caso não existisse o voluntariado, este percentual seria muito maior, mas como viu-se, ele aumenta a oferta de serviços às famílias.

Somando o valor pago em salários com as transferências se verá que 92% da receita é gasta em atendimento direto às famílias pouco restando para gerar algum excedente ou para poupança ou investimento.

Um grupo significativo de despesas está concentrado no pagamento de impostos e encargos.

A Tabela a seguir, construída com base a dados da Receita Federal sobre as entidades isentas e imunes, mostra um quadro paradoxal.

Tabela: Carga Tributária Federal (R$ bilhões, 2018)

Estados	Receita Total de Isentas e Imunes (R$ bilhões)	Imposto pago pelas OSC (R$ Bilhões)			Percentual de Receita Total	% da receita de	
		Isentas	Imunes	Totais		Isentas	Imunes
DF	37,7	4,7	2,6	7,3	**19,4**	12,5	6,9
GO	7	0,8	0,6	1,4	**20,0**	10,9	9,1
MT	2,4	0,3	0,2	0,5	**21,3**	11,9	9,4
MS	3,9	0,3	0,3	0,7	**17,4**	8,4	9
CO	**51,0**	**6,1**	**3,8**	**9,9**	**19,4**	**11,9**	**7,5**

Fonte: SRF

Observa-se também que, na região, os governos contribuem muito abaixo da média nacional (11%) que já é relativamente baixa. A título de comparação, segundo dados da Receita Federal Americana, os governos doam (sem estabelecer metas e condições) quase 15% das receitas das entidades.

Em todos os casos importa salientar que a contribuição dos governos é bastante reduzida considerando volume global de receitas das entidades. Esta constatação desmente muitas denúncias de que as entidades "vivem" de recursos governamentais.

Apesar de não dispormos de dados específicos sobre as contribuições privadas e assumindo que os percentuais do conjunto de país podem ser aplicados à região, se observará que as contribuições de indivíduos (em doações e contribuições associativas) são proporcionalmente maiores (quase o dobro) que as contribuições governamentais. Isto significa que a sociedade (a cidadania) confia nos serviços e ações realizadas pelas entidades.

Indicativos de Despesas das OSC do CO

Tal como no caso da origem das receitas das OSC, a especificação das despesas é também pouco conhecida ou divulgada. Entidades isoladas obviamente têm seus balanços anuais e muitas publicam suas atividades e gastos, mas não há uma fonte que consolida estas informações, salvo o IBGE (por meio do Sistema de Contas Nacionais) e a Receita Federal para o conjunto do Brasil e para todas entidades sem fins lucrativos.

As indicações proporcionais obtidas pelo SCN para o Brasil são apresentadas a seguir.

Tabela - Brasil: Despesas das OSC como % da Receita Total (2017)

Rubricas	OSC	Empresas	Governos
Transferências Sociais em espécie às famílias[3]	59,4	0,0	43,3
Salários Pagos	34,0	23,6	65,5
Excedente Operacional Bruto	2,8	17,3	7,6
Poupança Bruta	1,7	7,0	-25,6
Formação Bruta de Capital (investimento)	3,4	6,9	-34,7
Outras Rubricas			
Variação do Patrimônio Líquido	*3,7*	*6,8*	*-25,6*
Impostos Totais Pagos (diretos)	*6,4*	*5,1*	*Nsa*
• *Cota Patronal Previdência*	*5,9*	*4,7*	*15,1*

Fonte: SCN- Contas Econômicas Integradas 2017 (www.ibge.gov.br)

Com base nestes percentuais e admitindo que eles são representativos da região e algumas estimativas adicionais do autor foi possível estimar uma aproximação para a região do Centro-Oeste.

Como no resto do Brasil a imensa maioria (88%) das OSC da região estão classificadas como micro, mini e pequenas entidades. As entidades sem trabalhadores são maioria absoluta e representam 52,0% das entidades do CO.
As OSC "médias" representam 7% e as grandes somente 3% das OSC. No entanto, estas últimas concentram 76% do emprego e 81% da massa salarial total.

No extremo inferior, agrupando-se as micro, mini e pequenas se observará que elas são 89% das OSC, têm em média pouco mais de 1 empregado e a massa salarial que elas pagam anualmente seria de R$ 28.000,00 (média ponderada daqueles grupos). O elevado percentual de pequenas entidades não é extraordinário e pode ser comparado com os CNPJ de empresas onde 75% das mesmas são classificadas como MEI e MPE.

Estes dados são relevantes não somente para evidenciar as imensas diferenças existentes entre as mesmas OSC mas também o fato de que as menores OSC são frágeis e vulneráveis e devem requerer atenção especial quando da criação de normas e leis que afetam as entidades.

Emprego segundo Atividades

Uma visão distinta e complementar é oferecida quando se examina o emprego por atividade. A Tabela a seguir especifica o volume de empregos (e a massa salarial).

Tabela: Número de OSC, Empregos e Salários Pagos por grupo de Atividade

Atividades	Número	Empregos	Salários (R$ mil)
Habitação	18	82	1.741
Saúde	284	35.386	1.361.283
cultura e rec	1.843	7.165	206.753
Educação	1.169	54.053	2.137.187
Assistência social	1.695	25.720	598.872
Religião	6.321	21.601	632.623
Assoc. patronais, profissionais e de produtores rurais	2.300	8.455	403.364
Meio ambiente proteção animal	129	283	13.213
Desenvolvimento defesa de direitos	1.332	6.285	265.099
Outras inst. privadas sem fins lucrativos	1.087	8.162	351.984
Centro-Oeste	**16.178**	**167.192**	**5.972.118**

Fonte:FASFIL 2016

Em relação especificamente a questão do emprego deve-se considerar que, diferentemente de outros segmentos institucionais, as entidades contam – em sua força de trabalho – com o concurso de um número importante de voluntários(as).

Segunda a PNAD 2018, o número de voluntários no Brasil é de 7,2 milhões de pessoas acima de 14 anos e representa 4,3% desta população. Considerando a média de horas trabalhadas semanalmente por estas pessoas se observa que este número equivale a quase 1 milhão de trabalhadores em tempo integral. A título de comparação, o número de servidores públicos federais ativos não chega a este total. Considerando que as OSC (segundo a FASFIL) empregavam

2,3 milhões de trabalhadores, o número de voluntários equivalentes representam um acréscimo de 43% da força de trabalho do segmento.

Os dados da PNAD para o Centro-Oeste são apresentados na Tabela a seguir.

Tabela: Voluntariado no Centro-Oeste

Estados	Voluntários Total (mil)	% da População	Equivalente Trabalhador em Tempo Integral	Equivalente Salarial (R$ Bilhões 2018)	
				Salário das OSC	Salário dos governos
DF	138	5,6	29.174	1,6	2,4
GO	245	4,3	42.370	1,6	2,7
MT	131	4,9	29.524	1,2	2,0
MS	85	3,9	22.100	0,6	1,2
Total	**599**	**4,6**	**123.168**	**1,3**	**2,2**

Fonte: PNAD 2018 e estimativas do autor

A taxa de participação do CO é superior à média brasileira, e para comparação, se iguala a do Sudeste e Norte (4,6%), é superior a do Nordeste (3,1%) e inferior somente a do Sul (4,9%). Estes voluntários trabalham em média 6,6 Hs semanais (mediana de 4 Hs), o que equivale a 14% do número médio de horas trabalhadas anualmente pelo trabalhador brasileiro.

Como para o conjunto do País, a maioria absoluta do voluntariado é realizado por mulheres (59%), por negros e pardos (56%), com ocupação regular (59%). Cerca de 24% deles são analfabetos e 31% deles tem nível superior de escolaridade. Já no Centro-Oeste 62% dos voluntários são mulheres, 53% negros e pardos, 57% com ocupação regular e 25% tem escolaridade inferior ao primário completo.

O número de voluntários, transformado em equivalente a empregados em tempo integral representa 3,1% do número de empregados da região. Somado com o número de trabalhadores formais empregados pelas OSC (167.192) alcança 290.000 ou 7,3% do emprego total da região.

É interessante ressaltar que tanto quanto os governos como as OSC – em princípio - trabalham na esfera de atendimento às famílias (interesse público); desta forma se pode assumir que a soma dos dois empregadores (30% e 7,3%) que 37% da população ocupada no CO está dedicada a atender as demandas da própria população.

A importância relativa do setor das OSC pode ser observada na Tabela a seguir que especifica o nível de emprego de setores econômicos selecionados do Centro-Oeste que tinha (em 2016) uma população ocupada de aproximadamente 4,6 milhões de pessoas.

Tabela: OSC como Percentual do Emprego Global da Região

Setores / Estados	Percentuais do Emprego Global					
	OSC	Governos	Comércio	Indústria	Agro-Pecuária	Construção
Distrito Federal	**3,8**	33,0	14,0	2,2	*0,3*	3,5
Goiás	**4,9**	26,7	12,0	7,5	*1,6*	1,9
Mato Grosso	**3,3**	28,5	27,0	9,3	*4,5*	3,8
Mato G. do Sul	**5,9**	33,7	24,0	14,0	*3,4*	3,8
Média Regional	**4,2**	**30,0**	**19,0**	**9,5**	***3,4***	**3,4**

Fontes: CEMPRE/IBGE e FASFIL

A FGEB agrupou a maioria destes estudos e combinando valores e proporções das várias fontes, sistematizou alguns dados que (por sua repetição em vários estudos) são aparentemente mais consistentes que pesquisas isoladas.

Estes valores são apresentados na tabela a seguir.

Tabela: Brasil - Fonte de Recursos das OSC
(valores em R$ Bilhões de 2018)

Indicadores	2016	
	Valor	%
Receita Total	**247,9**	**100,0**
Todos os Governos	27,8	**11,2**
• **Federal**	4,6	**1,8**
• **Estaduais**	9,6	**3,9**
• **Municipais**	13,6	**5,4**
Empresas Brasileiras	3,8	**1,5**
Cooperação internacional	0,4	**0,2**
Doações de Indivíduos	10,2	**4,1**
Contribuições de Associados	29,2	**11,8**
Valor do Subtotal	***71,4***	***28,8***
Valor de Outras Fontes	**176,5**	**71,2**

Fontes: SRFB, Tesouro Nacional, pesquisas setoriais

Infelizmente não se dispõe de dados semelhantes para o Centro-Oeste. Mas existem dados seguros sobre as contribuições do setor "Governos" a partir de estatísticas da Secretaria do Tesouro Nacional. A partir daqueles dados construiu-se a tabela a seguir que detalha percentualmente a totalidade das transferências governamentais para as entidades sem fins lucrativos (OSC e não OSC).

A Tabela também especifica a contribuição privada às receitas. Esta foi obtida pela diferença entre a receita total e as contribuições governamentais.

CO - % de Receitas de Transferências Governamentais e Privadas

Centro Oeste	Governo Total	Estados	Municípios	Estado e Municípios	Federal	Privado
DF	**19,4**	*15,0*		*15,o*	4,4	**80,6**
GO	**5,9**	2,4	2,7	5,1	0,8	**94,1**
MT	**11,6**	2,1	9,5	11,6	0,0	**88,4**
MS	**8,1**	2,5	5,3	7,8	0,3	**91,9**
Média (Ponderada)	**7,3**	**7,3**	**8,8**	**5,4**	**1,9**	**92,7**

Fonte: estimativas do autor

Os recursos oriundos de governos representam somente 7,3% da receita total das OSC, o que permite deduzir que o setor privado responde por quase 93% das receitas. Examinando somente a parte governamental, 74% das transferências vem dos Estados e Municípios. Retirando do quadro os valores do DF (que é ao mesmo tempo "Estado" e "Município" e detêm a maior participação) e considerar somente os demais estados, a média deles seria de somente 2,4%, a média municipal seria de 4,8% e a do governo federal cairia para 0,4%.

Comparativo Tamanho e Receita de OSC do Centro-Oeste e do Brasil

Tamanho	Centro Oeste		Brasil	
	% dos Casos	% das Receita	% dos casos	% da Receita
Micro	55,3	0,3	64,5	0,7
Mini (1 a 4 empregos)	27,2	3,3	19,5	2,4
Pequenas (5 a 9)	6,7	3,1	5,2	2,5
Médias (10 a 49)	7,6	12,7	7,6	12,7
Grandes e muito Grandes (+ 50)	3,2	80,6	3,2	81,6
Total	100,0	100,0	**100,0**	**100,0**

Finalmente, para obter dados comparativos, se organizou a Tabela que permite a comparação dos mesmos dados entre as várias regiões do País.

Receita Anual Média/ OSC (R$ 1000 -2.016)						
Tamanho	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro oeste	Brasil
Micro e Mini	31,8	21,1	40,3	32,5	**47,4**	42,9
Pequenas	406,0	300,9	503,0	457,1	**505,7**	476,5
Médias	1.566,1	1.083,8	1.735,6	1.583,0	**1.825,7**	1.668,9
Grandes	15.869,1	7.003,0	28.688,9	26.230,9	**27.076,4**	27.300,0
Média Geral	**650,9**	**602,8**	**1.272,2**	**768,9**	**1.087,9**	**1.018,1**

Note-se que o NE tem a menor renda média, quase metade da renda das OSC do Centro-Oeste. Em todos os casos a renda média é maior que a média nacional, salvo as grandes e muito grandes cuja média é pouco abaixo da nacional.

Novamente se percebe que as entidades micro, mini e pequenas estão muito abaixo da média, ou seja, em real desequilíbrio financeiro. Isto sinaliza a fragilidade econômica destas organizações que obviamente tem dificuldades para desenvolver suas atividades.

Em consequência a construção de um ambiente regulatório adequado deve colocar extrema atenção quando da elaboração de normas para assegurar que estas entidades mais vulneráveis sejam atendidas em suas reivindicações de simplificação, de redução de custos de acesso a recursos etc.

Fontes de Receitas das OSC do Centro-Oeste

Há pouca informação confiável sobre as fontes de receitas das OSC. A Receita Federal até os anos 2013 publicava – para a totalidade do País - tabelas sintéticas sobre as origens de receitas das OSC mas, não as detalhava. Por outro lado, várias pesquisas amostrais e outras amostrais por setores (ex: "filantrópicas") sugeriam valores com evidentes distorções que tornavam os dados impossíveis de serem expandidos.

Note-se que na região, o setor "Governos" (todas esferas da federação) emprega quase um terço da população. Acima das OSC estão ainda o comércio com 19,0 e a totalidade da indústria de transformação (com mais de 20 subsetores) emprega com 9,5% dos trabalhadores. Para comparação, a construção civil e a agricultura, consideradas como grandes empregadoras, contribuem com 3,4% do emprego regional, abaixo do segmento OSC.

Como mencionado anteriormente, se aos empregados formais das OSC incluirmos os voluntários (equivalente a empregados a tempo completo) a participação do segmento das entidades passa para 7,3% do emprego total da região.

Em resumo, o segmento OSC é, sob qualquer critério, um relevante empregador regional comparado com os demais setores econômicos.

Nas seções subsequentes se examina algumas características econômicas e financeiras das entidades.

O PIB e Receita global das OSC

A partir dos estudos de cada Estado, dos dados e coeficientes técnicos que relacionam os salários pagos com o PIB e a receita bruta das pessoas jurídicas na região[2] é possível estabelecer uma estimativa bastante confiável do PIB e da Receita das OSC da região.

De todas as formas, valores assim obtidos devem ser tomados com cautela por serem de fato indicativos, aproximações da realidade. Oferecem ao leitor uma ideia de grandeza, uma tendência, mas não pode ser tomado como sendo valores exatos. Os resultados estão apresentados na tabela a seguir.

PIB e Receitas das OSC do Centro Oeste – 2.016

Estados	PIB (R$ milhões)	% do PIB Estadual	Receitas (R$ bilhões)	PIB/OSC (R$ mil)	Receita/OSC (R$ mil)	*Receita/OSC (R$ 2020 mil)*
DF	4.291,0	1,2	7,48	1.124,5	1.961,5	2.255,7
GO	2.878,3	0,9	5,44	505,0	953,8	1.096,9
MT	1.434,3	1,3	2,02	437,9	616,5	709,0
MS	2.428,5	2,9	3,87	636,6	1.014,9	1.167,1
CO	**10,033,2**	**1,8**	**18,81**	**620,2**	**1.081,7**	**1.244,0**
Brasil OSC	**135.022,3**	**2,5**	**235.450,4**	**569,8**	**993,7**	**1.142,8**

Fontes: FASFIL 2016, SCN – SCR , FASFIL e estimativas do autor

Observa-se que o segmento aglutina 1,8% do PIB regional, valor inferior ao da média nacional.

É comparativamente muito abaixo da participação de outros setores da economia como a agricultura, a indústria e o comércio, mas de todas as formas, relevante. Entre os estados destaca-se o Mato Grosso do Sul com quase 3% do PIB gerado pelas OSC.

Apesar de proporcionalmente pequeno, tem sua importância pois gera uma riqueza anual de mais de R$ 10 bilhões para uma população de 15,7 milhões (2016), ou o equivalente a 1,8 SM de renda per capita. As OSC do CO contribuem com 7,4% do PIB das OSC brasileiras proporção está comparável com a percentual da população residente do que equivale a 7,6% da nacional. Quanto a receita das entidades atingia quase R$ 20 bilhões, a receita média por OSC (em R$ 2020) é pouco maior que da média brasileira, mas apresenta diferenças acentuadas pois o valor do DF é três vezes maior que o do MT e quase o dobro das demais.

Em seguida se apresentam dados relativos a distribuição do PIB e Receitas por tipo de atividades desempenhadas pelas OSC da região.

Centro-Oeste 2016: PIB e Receita por Atividade

Atividades das OSC	OSC Número	PIB (R$ mil)	Receitas (R$ mil)
Habitação	18	2.924,9	5.101,1
Saúde	284	2.286.955,4	3.988.559,2
Cultura e Recreação	1.843	347.345,0	605.786,3
Educação	1.169	3.590.474,2	6.261.957,9
Assistência social	1.695	1.006.105,0	1.754.695,0
Religiosas	6.321	1.062.806,6	1.853.585,4
Assoc. patronais, profis. e produtores rurais	2.300	677.651,5	1.181.856,5
Meio ambiente e proteção animal	129	22.197,8	38.714,1
Desenvolvimento e defesa de direitos	1.332	445.366,3	776.740,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1.087	591.333,1	1.031.313,1
Centro-Oeste	**16.178**	**10.033.158,2**	**17.498.305,7**

Fontes: FASFIL 2016 e SCN-IBGE

Aqui, tal como no restante do Brasil também se observa elevada concentração de valores nas entidades dedicadas a Saúde, Educação e Assistência Social que são responsáveis por mais de 68% das receitas. No extremo de valores inferiores, se encontram as entidades de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Defesa de Direitos e de Cultura e Recreação, cuja pequena importância relativa já foi mencionada em seções anteriores.

A Tabela seguinte estima os valores anuais per capita (por OSC) segundo as atividades por elas desempenhada. Novamente fica bastante evidente a desproporção das entidades de saúde e educação comparada as demais.

Salienta-se também que na média geral, as OSC da região têm renda média um pouco superior a renda média das OSC brasileiras.

Centro-oeste: PIB e Receita por OSC e por Atividade

Atividades	PIB/OSC (R$ mil)	Receita/OSC (R$ mil 2016)	*Receita/OSC (R$ 2020 mil)*
Habitação	162,5	283,4	*325,9*
Saúde	8.052,7	14.044,2	*16.150,9*
Cultura e Recreação	188,5	328,7	*378,0*
Educação	3.071,4	5.356,7	*6.160,2*
Assistência social	593,6	1.035,2	*1.190,5*
Organizações Religiosas	168,1	293,2	*337,2*
Assoc patronais, profissionais e de produtores rurais	294,6	513,9	*590,9*
Meio ambiente e proteção animal	172,1	300,1	*345,1*
Desenv. e defesa de direitos	334,4	583,1	*670,6*
Outras institit. s/ fins lucrativos	544,0	948,8	*1.091,1*
Centro-Oeste	**620,2**	**1.081,6**	***1.243,9***
OSC do Brasil	**569,7**	**1.001.1**	***1.151,3***

Fontes: FASFIL 2016 – SCN-IBGE

Observe-se que naturalmente são as OSC dedicadas a atividades de saúde, educação e assistência social que detêm o maior volume do PIB e Receita por entidade. Oito dos dez grupos de entidades tem PIB com valores inferiores à média da região, sendo que as Organizações Religiosas (importantes numericamente) tem PIB e receita muito inferiores à média.

A seguir se apresentam os mesmos dados relacionando-os com os tamanhos das entidades e suas importâncias relativas.

Centro Oeste, OSC, Emprego, PIB e Receita por Tamanho

Tamanho	OSC	Empregos	PIB R$ 1.000	Receita R$ 1.000
Micro	8.950	0	31.529	54.987
Mini (1 a 4 empregos)	4.394	8.198	328.668	573.213
Pequenas (5 a 9)	1.089	7.135	313.974	547.585
Médias (10 a 49)	1.221	25.387	1.270.802	2.216.340
Gdes e Muito Grandes (50 e +)	524	126.472	8.088.180	14.106.171
Total e Médias	**16.178**	**167.192**	**10.033.158**	**17.498.306**

Fontes: FASFIL 20916 e estimativas do autor